



ID: 114310515

25-11-2024

A China já não é o que era



Ricardo Paes Mamede

Em grande parte dos casos, as empresas que se destacaram não foram as mais apoiadas, mas as que vingaram

De acordo com os dados do FMI, o PIB *per capita* da China aumentou 28 vezes entre 1980 e 2024 (medido em paridades de poder de compra e a preços constantes). Com isto, a China tornou-se a maior economia do mundo, avaliando pela quantidade de bens e serviços que podem ser adquiridos com o rendimento gerado no país em cada ano. O seu peso na economia global passou de 2,3% em 1980 para cerca de 19% na actualidade (o peso dos EUA é hoje de 16%).

O desenvolvimento do país neste período não se reflecte apenas no PIB. Segundo o Banco Mundial (*Four Decades of Poverty Reduction in China, 2022*), registou-se uma redução de 800 milhões de chineses a viver com rendimentos inferiores a 1,90 dólares por dia, uma evolução sem precedentes históricos. Nas últimas quatro décadas, a China foi assim responsável por quase 75% da redução global de pessoas em situação extrema de pobreza.

Apesar das enormes desigualdades sociais regionais, que são fonte de tensões políticas recorrentes, a sociedade chinesa é hoje dominada por uma classe média urbana (2/3 da população vive em cidades), cujos padrões de vida se assemelham cada vez mais aos dos países ocidentais.

O desenvolvimento da China nas últimas décadas passou por várias fases e foi determinado por diferentes factores. A primeira década e meia após o início das reformas lançadas em 1978 foi marcada pela gradual liberalização interna (em particular, a possibilidade de os agricultores venderem os seus excedentes no mercado) e externa (com destaque para a criação das Zonas Económicas Especiais – ZEE –, visando a atracção de investimento estrangeiro).

Na década de 1990, assistiu-se a uma generalização da iniciativa privada e ao crescimento acelerado do investimento externo, atraído pelos baixos custos da mão-de-obra e dos terrenos, pelas condições fiscais e logísticas favoráveis, pela possibilidade de acesso a um mercado interno de grandes dimensões e em expansão, e pela perspectiva de adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), que viria a concretizar-se em 2001.

A entrada da China na OMC transformou-a

no maior exportador mundial: segundo a UNCTAD (agências das Nações Unidas para o comércio e o desenvolvimento), a sua quota das exportações de bens no mercado global passou de 3,8% em 2000 para 10,3% em 2010, ultrapassando os EUA e a Alemanha (hoje aquele valor está próximo dos 15%). O crescimento chinês nessa década, e desde então, ficou também associado à concentração da população nas zonas urbanas, que acarretou uma expansão acelerada do investimento imobiliário e a expansão das actividades de serviços.

Contado assim, o desenvolvimento chinês parece uma história de sucesso de reformas baseadas na propriedade privada, na liberalização e nas lógicas de mercado. Mas a história não acaba aqui.

Desde o início da abertura interna e externa, a política económica chinesa seguiu uma estratégia deliberada de desenvolvimento de capacidades tecnológicas. Nas décadas de 1980 e 1990, as empresas estrangeiras que beneficiaram das vantagens das ZEE e do acesso ao mercado chinês cederam em troca conhecimentos tecnológicos aos produtores chineses. As autoridades investiram massivamente em infraestruturas, não apenas logísticas e de transportes, mas também científicas e tecnológicas, para acelerar a absorção de tecnologia estrangeira e, pouco a pouco, o desenvolvimento de capacidades endógenas de inovação.

Nas últimas duas décadas, a China apostou em força na ciência e na tecnologia. Como dizia há dias neste jornal a ex-ministra da Ciência e Ensino Superior, Elvira Fortunato, quem hoje visita as principais universidades chinesas vem de lá esmagado. Segundo o mais recente ranking da *Times Higher Education*, a China tem quatro universidades entre as 50 melhores do mundo (Portugal não tem nenhuma) e 31 universidades entre as

primeiras 500 (Portugal tem três). De acordo com a revista *Nature*, a China publica mais artigos científicos de elevado impacto do que os EUA ou do que todos os países da UE juntos, sendo a sua vantagem mais acentuada nas engenharias, na matemática e nas ciências naturais. Os dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual mostram também que quase metade dos pedidos de patentes feita em cada ano vem da China.

Os avanços científicos e tecnológicos chineses reflectem-se na inovação e na competitividade das empresas nacionais em áreas específicas, num processo que tem pouco de espontâneo. Em 2006, o Governo chinês adoptou um Plano de Ciência e Tecnologia a médio e longo prazo (2006-2020) que identificava como áreas de aposta prioritária: as energias renováveis, as tecnologias agrícolas, a fabricação avançada, as tecnologias de informação e comunicações de nova geração, a biotecnologia e os equipamentos médicos, os transportes eficientes (incluindo os veículos eléctricos e o comboio de alta velocidade) e a exploração espacial e oceânica. A aposta nestes domínios foi reforçada (e ainda mais focalizada) em documentos oficiais posteriores, como a “Decisão sobre a aceleração do

desenvolvimento de sectores estratégicos emergentes” de 2010 ou o famoso “*Made in China 2025*” de 2015. Não será coincidência que a China seja hoje sede de algumas das mais importantes empresas mundiais naqueles sectores – marcas como Huawei, Xiaomi, Lenovo, Alibaba, Tencent, BYD, NIO ou Xpeng são apenas algumas das mais conhecidas.

A ideia de que o sucesso das grandes empresas chinesas em sectores de ponta se deve à aposta do Governo em “campeões nacionais” é equívoca. Mais do que apoiar empresas específicas, as autoridades chinesas criam condições abrangentes – não só ao nível do financiamento, mas também de contratos públicos, estímulos ao consumo privado, regulação, I&D, formação profissional e avançada, etc. – para que as actividades consideradas prioritárias se desenvolvam, estimulando a concorrência entre os produtores nacionais no mercado interno. Em grande parte dos casos, as empresas que se destacaram não foram as mais apoiadas, mas as que vingaram nessa disputa pelo mercado chinês (um modelo de intervenção que deixará desconfortáveis tanto os mais liberais como os mais críticos das lógicas de concorrência).

Esta é a China que hoje existe: não um país pobre que cresce à custa dos baixos salários, mas uma nação de dimensões gigantes, com uma classe média urbana predominante, cuja estratégia de desenvolvimento assenta cada vez mais no poder de compra da população e em avanços tecnológicos de ponta, estimulados por políticas dirigidas.

É provável que o ritmo de transformação abrande, podendo abalar um sistema político autoritário. Mas, aconteça o que acontecer, pela sua dimensão e pelo que já alcançou, este país está mesmo a mudar o mundo.

Economista e professor do Ictse



Nas últimas duas décadas, a China apostou em força na ciência e na tecnologia

